



F.M.A.S Aliança-TO
Fls. Nº 080



JUSTIFICATIVA ANÁLISE DE RISCOS

Com base na IN 05 2017: Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas: I - Estudos Preliminares; II - Gerenciamento de Riscos; e III - Termo de Referência ou Projeto Básico. § 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber. § 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do caput ficam dispensadas quando se tratar de: a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 e **no Art. 75, inciso I e II, da Lei 14.133/21**, o processo que se refere as Solicitação nº 20288 de 02 de janeiro de 2024, dispensa análise de risco, por se tratar de valores abaixo da dispensa de licitação. Art. 75, "II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;". Seguindo esta determinação do art. 182 da lei para 2023, foi editado, em 29 de dezembro de 2023, o Decreto 11.871, que substitui o anterior Decreto nº 11.317, na atualização dos valores da lei. O decreto aplica o IPCA para reajustar os valores nominais da Lei nº 14.133/2021, assim, os valores de contratação direta foram atualizados para: R\$ 59.906,02 em outros serviços e compras.

Aliança do Tocantins, 02 de janeiro de 2024.


ROSÂNGELA RODRIGUES GUIMARÃES
Secretária Municipal de Assistência Social
Aliança do Tocantins – TO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ADM: 2021/2024

JUSTIFICATIVA DE INEXISTÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Considerando o Art. 8º do Decreto Municipal nº 136/2021 de 01 de setembro de 2021, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Aliança do Tocantins -TO. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional no caso em que se refere a Solicitação nº 20288 de 02 de janeiro de 2024, deste modo está desobrigada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Aliança do Tocantins, 02 de janeiro de 2024



Rosângela Rodrigues Guimarães
Secretária de Assistência Social
Ordenadora de despesas